

Irritado, Ulysses se diz traído por Egídio

Governo acredita que poderá derrotar na comissão o parecer com quatro anos para Sarney

EUGENIO NOVAES

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

"O Egídio me traiu. Não me avisou que ia propor mandato de quatro anos", foi o desabafo que alguns políticos ouviram do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, mostrando sua irritação com o parecer que o deputado Egídio Ferreira Lima, relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistemas de Governo, apresentou, prevendo, inclusive, a implantação de parlamentarismo puro no País.

No mesmo grupo, o deputado Prisco Viana, relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, lembrou a Ulysses que o avisou previamente de que iria propor mandato de cinco anos para o atual Presidente da República. "E, você me avisou", concordou o presidente do PMDB, sem esconder a grande irritação provocada pela decisão de Egídio Ferreira Lima.

O Governo está certo de que terá condições de assegurar a aprovação do mandato de cinco anos e de um presidencialismo com concessões ao parlamento. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, mostra-se otimista com levantamento que procedeu entre os membros da Comissão de Organização de Poderes e Sistemas de Governo, concluindo que controla a maioria.

Por prudência, o deputado Prisco Viana aproveitou o fato de algumas emendas sobre o

mandato terem sido enviadas a uma subcomissão que funcionou sob a jurisdição da sua para propor mandato de cinco anos ao atual Presidente da República. Em último caso, se o líder do Governo não garantir esse tempo de mandato para Sarney, Prisco conta em aprová-la em sua comissão.

A questão do mandato parece definida, no atual estágio de trabalhos da Constituinte. Ficam dúvidas geradas pela instável situação econômico-financeira. Nem os amigos de Sarney, que cuidam de defender seus interesses na Constituinte, têm dúvidas de que será impraticável manter o mandato de cinco anos e evitar eleição direta em 88, se o Governo não der uma clara demonstração de que poderá controlar a inflação revertendo sua tendência altista até o fim do ano.

O próprio Sant'Anna parte desse pressuposto, convencido de que o agravamento descontrolado da crise acabaria por tornar irresistível o movimento de opinião pública e na Constituinte para escolha de novo presidente da República em 88. E é esta consciência generalizada no meio político que faz acreditar na iminência de um programa de salvação nacional, em matéria de política econômico-financeira.

A crise em que o Brasil mergulhou, formada principalmente pelo triste legado dessa monstruosa dívida externa, não passará por um passe de magi-

ca. Economistas bem informados na área governamental estão convencidos de que serão necessários dez anos de muitas batalhas para que o País consiga superar o estagio crítico que atravessa. E muitos duvidam que o Governo ainda tenha condições de reverter esse quadro.

Formou-se a consciência de que só um choque, ortodoxo ou heterodoxo, poderia gerar resultados a curto prazo. Da área econômica chegam indicações de que o Governo estuda a hipótese de novo choque, não ortodoxo, que o País não aceitaria. Seria um novo congelamento seletivo de preços, que alcançaria a cesta básica e manteria um controle flexível sobre os produtos mais sofisticados.

Sempre que se fala em congelamento surge a observação de que o Governo já não conta, como em fevereiro de 86, com crédito na opinião pública para medida tão ousada. E é verdade. Mas, não resta ao presidente Sarney outra alternativa se não quiser que seu Governo entre numa fase de absoluta instabilidade capaz de gerar fatos políticos imprevisíveis.

O Brasil experimenta o mais lento modelo de transição política da história contemporânea. São 13 anos, se contarmos que o regime militar resolveu promover a distensão a partir do Governo Geisel, que tomou posse em 1974. São 13 anos em que o processo de redemocratização seguiu invariavelmente um caminho tortuoso e enervante.

Waldir quer o presidencialismo

Salvador — Embora entenda que o parlamentarismo é o "Sistema de governo mais conveniente a uma democracia", o governador da Bahia, Waldir Pires, disse que para a sua adoção são necessários dois pré-requisitos com os quais a Nação brasileira ainda não conta: "Com uma administração pública eficiente e liberta das ingerências políticas e partidos políticos consolidados".

Segundo ele, nesses 20 anos de autoritarismo a administração pública brasileira foi muito degradada, ficando à mercê das pressões políticas. "Dessa forma, certamente o serviço público não resistiria às possíveis quedas de gabinete ou outras crises políticas próprias do sistema parlamentarista", analisou.

Waldir entende também que os partidos políticos brasileiros

ainda não estão suficientemente consolidados para o parlamentarismo e defendeu, como o sistema de governo ideal para o Brasil de hoje, a manutenção do presidencialismo, "sem, contudo, os poderes quase absolutos que são dados ao Presidente da República".

Pires acha que o Brasil deve preservar o presidencialismo "com um congresso mais poderoso, vigilante e fiscalizador".

Peemedebistas afinam posições

O deputado Ulysses Guimarães reuniu ontem à noite, em sua casa, os líderes e relatores das comissões temáticas, para um acerto final, entre as várias correntes do partido, com o objetivo de orientar a bancada, no sentido de que sejam respeitados, o quanto possível, os pontos programáticos do PMDB.

Os diversos grupos existentes dentro do partido, cada um se debruçou, nos últimos dias, sobre os oito relatórios das comissões temáticas, elegendo os pontos inegociáveis e separando os itens onde se pode recuar e onde se deve avançar.

O senador Mário Covas, por

exemplo, passou quase toda a tarde reunido com os seus vice-líderes, identificando, em detalhes, os pontos de conflito dos relatórios, e acertando a estratégia do grupo para o encontro na casa de Ulysses Guimarães.

Além dos líderes e relatores, participaram da reunião de ontem à noite os ministros da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e da Cultura, Celso Furtado, e os vice-líderes na Constituinte, Euclides Scalco, Antônio Brito, Miro Teixeira, Robson Marinho e Antônio Perosa.

Dos pontos de conflito iden-

tificados pelo senador Mário Covas e seus vice-líderes constam: reforma agrária, reforma urbana, monopólio do refino de petróleo e definição de empresa nacional; estabilidade no emprego e greve; reforma tributária; papel das Forças Armadas e mecanismos de decretação de Estado de Sítio e Estado de Defesa; mandato-tampão dos prefeitos; mandato presidencial e sistema de governo; criação dos Estados; reserva de mercado para a informática, conselho de comunicação e verbas para escolas pública e privada.